



# Melhores práticas na formação de juízes e magistrados do Ministério Público

Tipo de prática: Boa Prática

País: Portugal

abril de 2014

<b>Designação da prática</b>	Caixas de correio eletrónico e videoconferência
<i>Principais características:</i>	<p>Em <b>Portugal</b>, a fim de evitar despesas de deslocação desnecessárias para os participantes interessados que trabalham longe do local de formação, bem como para permitir que um maior número de pessoas beneficie das ações de formação em causa, um número considerável de atividades de formação incluídas no programa de formação anual em curso é atualmente ministrado através de um sistema de videoconferência.</p> <p>Este instrumento é sobretudo utilizado quando os temas de formação se referem ao estudo e à aplicação de novos instrumentos jurídicos, uma vez que estes temas atraem, normalmente, um maior número de participantes.</p> <p>Se a tecnologia adequada estiver disponível (os pontos de receção exigem uma capacidade técnica adequada, embora normalmente tal condição não seja um problema uma vez que, geralmente, a formação tem lugar nos tribunais regionais), o instrumento pode igualmente permitir a interação com os diferentes pontos de receção e o local de formação.</p>

Frequentemente, o instrumento é igualmente combinado com uma caixa de correio eletrônico especial que lhe é associada para o efeito, para onde os participantes podem enviar perguntas e observações que, num grande número de casos, têm resposta em tempo real.

<i>Contactos da instituição</i>	Centro de Estudos Judiciários (CEJ) Largo do Limoeiro 1149-048 Lisboa Portugal Telefone: +351 21 884 56 00 Fax: + 351 21 884 56 04 Endereço de correio eletrónico: <a href="mailto:cej@mail.cej.mj.pt">cej@mail.cej.mj.pt</a> Sítio Web: <a href="http://www.cej.mj.pt">www.cej.mj.pt</a>
<i>Outras observações</i>	Trata-se de uma <b>BOA PRÁTICA</b> , facilmente transferível, da utilização de instrumentos de ensino à distância aplicados à formação contínua.

Fonte: Projeto-piloto - Formação Judiciária Europeia: «Lote 1 – Estudo sobre as melhores práticas na formação de juízes e magistrados do Ministério Público», realizado pela Rede Europeia de Formação Judiciária (REFJ)